Tribunal de Contas do Estado do Pará
ACÓRDÃO N.º 57.524
(Processo n.º 2012/52447-9)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio ASIPAG n.º 099/2008 e Termos Aditivos

Responsável/Interessado: JOÃO GABRIEL DANTAS DA SILVA e INSTITUTO VERDE AMAZÔNICO

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

EMENTA:

TOMADA DE CONTAS. CONVÊNIO. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. GRAVE INFRAÇÃO À NORMA LEGAL. CONTAS IRREGULARES. GLOSA DE VALORES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Omissão no dever de prestar contas impede a aferição objetiva e técnica quanto à correta aplicação dos recursos transferidos para a execução do convênio, acarretando o julgamento pela irregularidade com a imputação de débito ao responsável e aplicação de multa regimental;
2. Devem ser julgadas irregulares as contas com aplicação de multa regimental quando comprovada a ocorrência de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
3. Na hipótese em que os responsáveis forem omissos no dever de prestar contas, é imperativo o julgamento pela irregularidade e a condenação, de forma solidária, da pessoa jurídica de direito privado e do seu administrador, ao ressarcimento da integralidade dos valores transferidos, haja vista a presunção legal de débito pelo dano ao erário decorrente dessa omissão.

Relatório do Exmo. Sr. Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS:

PROCESSO: 2012/52447-9.

ASSUNTO: Tomada de Contas – Conv. Asipag nº 099/2008.

VALOR: R\$ 100.000,00.

VALOR ASIPAG: R\$ 100.000,00.

CONTRAPARTIDA: Material para os Cursos Propostos.

OBJETO: Projeto “Cidadania Verde”.

CONCEDENTE: Ação Social Integrada ao Palácio do Governo – Asipag.

RESPONSÁVEL: Pio X Sampaio Leite (CPF: 004.230.448-26).

CONVENIENTE: Instituto Verde Amazônico - IVA (CNPJ: 05.058.421/0001-97).

RESPONSÁVEL: João Gabriel Dantas da Silva (CPF: 104.410.262-49).

1. Tratam os presentes autos da tomada de contas do Instituto Verde Amazônico - IVA, de responsabilidade do Sr. João Gabriel Dantas da Silva, em sede do Conv. Asipag nº 099/2008, celebrado com a Ação Social Integrada ao Palácio do Governo – Asipag, para a execução do projeto “Cidadania Verde”, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do quadro preambular.

2. Em peça de fls. 52/53, que compõe o Relatório para Acompanhamento e Supervisão de Convênio, o parecer técnico não nos permite uma correta avaliação sobre a execução ou não do

Tribunal de Contas do Estado do Pará

objeto convencional.

3. A 6ª Controladoria de Contas de Gestão, em relatório técnico (fls. 63/66), opinou pela irregularidade das contas com a devolução integral do valor repassado, corrigido e acrescido de juros de mora, por grave infração a norma legal e dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, além da aplicação de multa ao responsável pelas irregularidades apontados.

4. O Ministério Público de Contas, em parecer de fls. 72/73v, opinou, pela irregularidade das contas com a devolução integral da quantia recebida, em razão de desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, com a responsabilidade solidária do Instituto.

É o relatório.

VOTO:

Da omissão do dever de prestar contas

5. Não houve a apresentação da prestação de contas por seu responsável, cujo prazo exauriu-se em 19/03/2009, constituindo-se em omissão no dever de prestar contas nos termos do art. 158, inciso III, alínea “a” do Ato nº 063/2012 (RITCE).

Do exame da Receita

6. O Estado repassou ao fundo convencional somente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do valor total comprometido de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como se vê da cópia da ordem bancária 2009OB01132 (fls. 23). Não houve comprovação da contrapartida da conveniente.

Do exame das despesas

7. A Asipag, como anexo ao Relatório Parcial para Acompanhamento e Supervisão de Convênio (fls. 24/26), juntou diversos documentos (fls. 34/38), como comprovantes de despesas efetuadas pelo Conveniente, o que não se prestam aos fins pretendidos, por não observarem os critérios assinalados no art. 43 do RITCE, que obriga, que tais documentos devam ser apresentados em original, com redação clara, precisa e sem rasuras. Os comprovantes estão em cópia, sem indicação do pagador, inclusive, alguns sem a indicação do próprio recebedor.

CONCLUSÃO

8. Por todo o exposto, e o que mais contém nos autos, decido julgar as contas de responsabilidade do Sr. João Gabriel Dantas da Silva (CPF: 104.410.262-49), em sede do convênio Asipag nº 099/2008, irregulares, com fundamento no art. 56, III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 81/2012 (LOTCE), com a devolução da quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora do período, a contar de 01/09/2008, solidariamente, com o Instituto Verde Amazônico (CNPJ: 05.058.421/0001-97). Aplico ao responsável a multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com fulcro no art. 82 da LOTCE c/c o art. 242 do RITCE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas “a” e “b”, c/c os arts. 62 e 82, parágrafo único, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. JOÃO GABRIEL DANTAS DA SILVA, CPF nº 104.410.262-49, presidente à época, e o INSTITUTO VERDE AMAZÔNICO, CNPJ nº 05.058.421/0001-97, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizada a partir de 01/09/2008 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar ao Sr. JOÃO GABRIEL DANTAS DA SILVA, a multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo débito apontado.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento

Tribunal de Contas do Estado do Pará

da multa o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 8 de maio de 2018.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
Relator

Presentes à sessão os Conselheiros:

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ODILON INÁCIO TEIXEIRA
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas: Silaine Karine Vendramin
RK/0101437